

## Apresentação

**Maria Aparecida de Menezes Borrego**

**Paulo César Garcez Marins**

Editores

A partir deste volume, *Anais do Museu Paulista* ingressam em uma nova fase editorial, passando a publicar três fascículos anuais. O periódico, que se consolidou como um veículo voltado ao estudo da cultura material em perspectiva histórica, amplia sua periodicidade em consonância com o alargamento desse eixo temático em nosso país, cada vez mais partilhado por diferentes campos disciplinares. Este número, cujos artigos concentram-se na abordagem das cidades como expressão da cultura material ou como vetor de políticas de estado voltadas a sua gestão e investigação, revela a heterogeneidade de aproximações a partir da contribuição de arquitetos, historiadores e arqueólogos.

Um dossiê sobre o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), organizado por Flávia Brito Nascimento e Paulo César Garcez Marins, abre o fascículo, focalizando um dos mais importantes marcos institucionais de gestão do patrimônio

edificado no país. Iniciado formalmente em 1973, o PCH inovou por constituir-se como uma ação da esfera federal voltada à restauração de edifícios e conjuntos tombados no país que tinha como um das ambições centrais a conversão desses bens culturais em mercadorias para o florescente mercado turístico brasileiro. Antes tomados exclusivamente como evidência e emblema da formação da nação brasileira, a partir de critérios estabelecidos na década de 1930 por intelectuais modernistas ligados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), esses bens deveriam, sob o estímulo do PCH, passar também a desempenhar o papel de alavancagem econômica para as então chamadas “cidades históricas”. Nesse sentido, o programa relacionava-se intensamente com a política de desenvolvimento econômico da ditadura militar, algo evidente desde as primeiras diretrizes do PCH, inicialmente voltado para o Nordeste e depois alargado para outras regiões

do país. As cidades, transformadas em espaços de grande tensão e diferenças sociais desde o surto de industrialização e da aceleração das migrações internas a partir da década de 1950, passam a ser o mote de um programa que, pela primeira vez, amplia a escala do olhar do monumento isolado, antes eleito como ícone a ser contemplado, para sua inserção urbana e para as implicações da apropriação desses artefatos na transformação da sociedade. Nove autores abordam, nesse dossiê, diferentes perspectivas de aproximação das ações de intervenção do PCH e de seu aparato conceitual e político, bem como seus significados para a atualização das representações do passado brasileiro durante a ditadura, formando um conjunto inédito de textos sobre um programa que, esperamos, possa ser cada vez mais problematizado pelos pesquisadores dedicados ao estudo das políticas culturais voltadas à gestão patrimonial.

A formação da capitania do Piauí e de sua rede urbana desde fins do século XVII é o tema do artigo de Esdras Arraes, autor que tem se concentrado no estudo da formação dos sertões coloniais como espaço de negociação entre diferentes agentes sociais que partilhavam a colonização da América Portuguesa. Afastando seu interesse do litoral, que tradicionalmente concentra os estudos sobre a atual região nordestina, Arraes, que já publicara em 2013, neste periódico, o artigo *Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e*

*Pernambuco*, volta-se novamente ao estudo do papel da rede urbana e da Coroa como mediadores do enfrentamento entre administradores régios, seculares ou religiosos, potentados locais, indígenas, populações livres e escravos nessa capitania ainda tão pouco pesquisada.

Este número de *Anais do Museu Paulista* é concluído por um extenso artigo de Tania Andrade Lima, Gláucia Malerba Sene e Marcos André Torres de Souza sobre as escavações arqueológicas que evidenciaram os remanescentes do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz na região portuária do Rio de Janeiro. Viabilizadas em função das obras de infra-estrutura que estão sendo implantadas no centro da cidade para as Olimpíadas de 2016, essas escavações permitiram aprofundar vastamente o conhecimento sobre o local que desempenhou um papel central para a economia escravista carioca e brasileira no século XIX. Pelo cais do Valongo, construído em 1811 para centralizar a chegada de escravos trazidos da África, desembarcaram centenas de milhares de homens e mulheres cuja exploração constituiria o pilar da cafeicultura e da vida urbana carioca e de vilas e cidades fluminenses, paulistas e mineiras. O artigo, cujos dados fortalecem a candidatura desse sítio à condição de Patrimônio Mundial junto à UNESCO, reforça a importância de *Anais do Museu Paulista* como veículo para estimular a problematização de nossos legados materiais, bem como para a politização de nossas memórias.